

Gráfica do Senado é “cabidão de emprego”

Uma gráfica do porte, equipamentos e volume de trabalho do centro gráfico do Senado (Cegraf) não necessitaria de mais de 350 funcionários, calcula o presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), Antônio Carlos Navarro. Mas tem 1.200, que consomem anualmente R\$ 12 milhões só em salários.

“As gráficas oficiais são verdadeiros cabidões de emprego, com funcionários apadrinhados”, denuncia ele.

A Editora Abril, que tem um dos maiores parques gráficos da América Latina e um sem-número de publicações tem 2 mil funcionários na folha de pagamento.

Desde que foi criado, em 1963, o Cegraf volta e meia é envolvido em escândalos. O mais famoso deles é o caso conhecido como trem da alegria, patrocinado pelo ex-presidente Moacir Dalla (ES), já falecido.

As contratações irregulares incharam a folha de pagamento do Cegraf com cerca de 1.500 funcionários. Denúncias na imprensa fizeram uma boa parte se demitir ou nem tomar posse.

Campanha - Não é de hoje que o centro gráfico do Senado (Cegraf) vem sendo utilizado para a impressão de material de campanha de senadores.

Só que, com o processo de moralização do país, agora o mau uso do dinheiro público está sob a mira da Justiça e da opinião pública.

A interpretação do Senado é a de somente considerar material de campanha política o que conter número do candidato e a quem ele concorre.

“Nunca foram feitos cartazes ou material de propaganda, do tí-

po vote fulano, número tal, partido tal”, esclarece o senador Júlio Campos (PFL-MT), primeiro-secretário do Senado, responsável pela gráfica.

Mas essa não é a interpretação do TSE. Como o Cegraf é sustentado com dinheiro público, em período eleitoral qualquer publicação a título de “boletim informativo” é considerado material de campanha.

Além disso, o senador-candidato, tendo uma gráfica à disposição sustentada com dinheiro público, fica em vantagem sobre outro candidato que não pode contar com esse privilégio, considera o TSE.

Bunker - Mesmo com o bombardeio provocado pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que cassou esta semana a candidatura do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), o Cegraf continua como um território inexpugnável.

Apesar da insistência dos jornalistas, Júlio Campos nega-se a abrir o bunker gráfico, alegando que não faria o mesmo pedido em relação aos centros gráficos das empresas jornalísticas.

Os “patrões” da gráfica são os 81 senadores e não há como um funcionário do Cegraf - mesmo graduado - se negar a imprimir material ilegal.

Já na campanha de 1989 um alto funcionário, do Cegraf pediu socorro à Abigraf para que publicasse uma nota nos jornais alertando para a ilegalidade.

“Esse funcionário disse que somente assim teria argumento para se negar a imprimir o material”, lembra-se o presidente da Abigraf.

CARLOS MOURA 26.8.93



Humberto Lucena inaugura equipamento da gráfica fatídica